



1910-2010

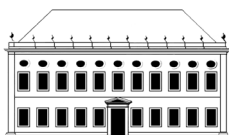
**COMUNICAÇÃO  
E EDUCAÇÃO  
REPUBLICANAS**

**R**

Ana Teresa Peixinho  
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

**António Barros**

INFOGRAFIA

**Carlos Costa**

REVISÃO

**Maria da Graça Pericão**

ISBN

**978-989-26-0106-9**

**A CHEGADA DA REPÚBLICA À PROVÍNCIA E O OLHAR DA IMPRENSA CATÓLICA (OUTUBRO DE 1910 – MARÇO DE 1911). O CASO DE VISEU E DO JORNAL DIOCESANO *A FOLHA***

**Viva a República! Ou o fim do martírio monárquico**

Os poucos combates travados na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910 (cf. Ramos, 2004: 380-399), entre as tropas monárquicas e os revoltosos republicanos, evidenciaram o que há muito era um dado adquirido, sobretudo entre a classe política: a Monarquia tinha os dias contados e, por esta, quase ninguém estava disposto a ser herói. As forças republicanas dispostas no terreno (nomeadamente na Rotunda, na Baixa Pombalina e ao comando dos amotinados navios de guerra *Adamastor* e *São Rafael*<sup>333</sup>) não tiveram grandes dificuldades em controlar as operações (cf. Valente, 2004: 113-150). A passividade monárquica era evidente. O Governo de Teixeira de Sousa (o último da Monarquia) estava reticente em confiar a defesa do regime «(...) a militares em quem não confiava» (Ramos, 2009: 579). Por outro lado, os poucos oficiais no terreno, também estavam insatisfeitos e não pretendiam lutar por um Governo de Esquerda. Perante este marasmo governativo, «(...) A indisciplina dos soldados bastou para fazer o rei fugir para Inglaterra, porque quase ninguém, entre os políticos e os comandos militares, levantou um dedo para o proteger» (Ramos, 2004: 25-26).

---

<sup>333</sup> Os revoltosos republicanos contaram com a sublevação, quase imediata, dos marinheiros a bordo dos navios de guerra *Adamastor* e *São Rafael*. Contudo, não puderam contar com a ajuda do *D. Carlos*, um couraçado de guerra, que só foi tomado às dez horas da noite de 4 de Outubro. Cf. Ramos, Rui (1994) “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional”...pp. 382-383. Ver igualmente: Serra, João B. (2009) “O 5 de Outubro”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.a ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., p. 57.

Sem glória, na tarde de 5 de Outubro, D. Manuel seguiu para o exílio, embarcando no iate Amélia, na praia da Ericeira, com o seu séquito, rumo a Inglaterra, com escala na colónia de Gibraltar. A Monarquia também baqueara sem glória, ao fim de quase oito séculos de história. A atitude negligente das velhas glórias da elite política monárquica desempenhou aqui um papel importante. Optando por não apoiar, deliberadamente, a Revolução de Outubro, as denominadas forças vivas do regime acabaram por silenciar-se e, assim, «(...) deixar cair a Monarquia. Mais do que derrotada pela revolução lisboeta do ‘5 de Outubro’, a Monarquia vai render-se, à primeira oportunidade, na capital e nos arredores, entregando-se sem sequer esboçar a luta, por simples informação telegráfica, no resto do país» (Rosas, 2009: 25-26).

Os governantes monárquicos, mais interessados em manterem-se no Poder do que agirem em conformidade com o perigo reagente que avançava, não atenderam nem contrariaram a evolução do pensamento republicano que vinha ganhando uma outra postura, ainda antes do Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 (cf. Ramos, 1994: 289-294). Era certo que, desde 1907, os republicanos já conspiravam em Lisboa com grande liberdade (Ramos, *ibidem*). Mas a feição mais extremista dos republicanos só ganhou uma força efectiva em 1909. De acordo com Fernando Catroga, foi a partir do Congresso Republicano de Setúbal, realizado entre 23 e 25 de Abril desse ano, que a união republicana se consolidou e que despontou, verdadeiramente, a radicalização do movimento<sup>334</sup>. O caminho para a Revolução estava traçado. O fim do martírio monárquico também.

De repente, para grande espanto dos monárquicos e dos católicos, soou o alarme. Sentindo o perigo republicano a cercar-lhe os pés, organizaram-se acções de propaganda da Monarquia e da figura do Rei para tentar revitalizar o que há muito estava inanimado. Mas estas acções pecaram por tardias, tanto que «(...) a sobrevivência do regime já não era um dado adquirido; o seu fim podia estar à vista» (Romero, 2009: 203), e a alternativa republicana era, cada vez mais, uma realidade.

---

<sup>334</sup> Foi a partir da entrada de João Franco em *Ditadura* (Maio de 1907) que a ala mais moderada dos republicanos começou, irremediavelmente, a perder terreno para os radicais. Ainda que a via eleitoral para atingir o Poder não estivesse descartada, era certo que a versão conspirativa ganhava cada vez mais adeptos. Sobre o Congresso e sobre as acções republicanas tomadas daí para a frente ver: Catroga, Fernando (2000) *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.a ed. Lisboa: Editorial Notícias.

Os republicanos consolidaram as suas acções de propaganda tendo por base o pensamento positivista e a doutrina da evolução humana. Defendia-se a ideia de um Mundo que «(...) desde os seus primórdios, estaria a progredir para a institucionalização final da República» (Homem, 2001: 17). Num mundo político pleno de mudanças, a República era, para os mais crentes, um fim natural. Profetizava-se a ideia de uma República salvadora, capaz de resgatar um Portugal que estava, há muito, mergulhado numa crise que se alargava a vários domínios. Ora, imbuída de um espírito messiânico, a República começou a ser apresentada ao Povo, através de comícios e à porta dos cafés republicanos da baixa lisboeta, e daí para o resto do País, num misto de entusiasmo e de apreensão. Mais tarde, a Revolução tomava lugar em Lisboa. É certo que na manhã da glória republicana, o País rural permaneceu o mesmo e os problemas do costume também. Mas em breve, a informação da mudança de regime chegaria à Província e tudo seria diferente.

#### **A primacial acção republicana e a chegada à Província**

Depois de atingirem o objectivo principal, os republicanos cedo comunicaram o triunfo ao resto do País, isto é, à Província, através do telégrafo, informando as autoridades locais da mudança de regime. Mais do que uma simples alteração política, esta pretendia provocar uma mudança cultural profunda. Era certo que a Revolução Republicana preencheria um vazio político que se vinha alargando desde o Regicídio de 1908. Vítor Neto assevera que essa acção vinha sendo propagandeada desde as vésperas da Revolução por parte da propaganda laica, impressa nos jornais republicanos e anticlericais. O objectivo era claro. Tal propaganda «(...) passava pela descristianização da sociedade» (Neto, 1998: 354).

Entusiasmados com a vitória, os republicanos trataram de aplicar um plano astucioso, uma vez que acreditavam que o seu ideal político era superior ao dos monárquicos e que «(...) novas leis bastariam para concretizar a almejada revolução cultural libertadora. Por isso, em sete meses, foram tomadas medidas que os seus correligionários franceses (...) demoraram quase vinte e cinco anos a decretar» (Catroga, 2001: 350-351), numa França que era mais urbana, com uma população mais alfabetizada e onde existiam maiores liberdades e diversidade religiosa. Porém, ainda que acreditassem que o regime republicano iria vingar, a verdade é que o fantasma

monárquico pairou no horizonte do Governo Provisório (GP) durante algum tempo, o mesmo período em que, entre os monárquicos mais entusiastas havia a ilusão de um regresso à Monarquia. Ainda que falhadas, as incursões de Paiva Couceiro, em 1911 e em 1912, foram uma prova disso mesmo (cf. Ramos, 1994: 458-460).

Mas a verdade é que o entusiasmo republicano e a aplicação das leis laicizadoras bastariam para o sucesso da investida. Aquelas leis constituíam valências que se incluíam numa alargada guerra religiosa<sup>334</sup> que os republicanos votaram à Igreja Católica, de forma a manterem-se no Poder. Ora, esta guerra religiosa seria uma estratégia para aplicar o quanto antes. Os republicanos não perderam muito tempo para mostrarem ao que vinham. Na manhã de 5 de Outubro, enquanto José Relvas e outros membros do Directório Republicano anunciavam a República ao Povo, e os nomes dos ministros do GP5, numa das varandas da Câmara Municipal de Lisboa, não muito distante dali, em Arroios, republicanos e outros adeptos anticlericais invadiam a Casa dos Religiosos Lazaristas. Depois de destruírem o local, deixaram para trás dois padres assassinados e outros apenas vaiados e agredidos (cf. Madureira, 2003: 28). Os grupos civis de defesa da República prosseguiram os seus ataques sumários e desenfreados às instituições monárquicas, mas sobretudo às católicas. Os membros da Igreja Católica eram, verdadeiramente, os alvos a abater. Vasco Pulido Valente assevera que «(...) apesar da raiva que se acumulara contra o regime, a principal vítima dos ‘distúrbios’ pós-5 de Outubro foi a Igreja católica, que o militante médio considerava o mais terrível obstáculo<sup>335</sup> ao progresso das ‘luzes’ e da liberdade» (Valente, 2004: 143). A caça aos padres e em especial aos jesuítas partiu de Lisboa, mas chegou a outros pontos do País.

<sup>334</sup> A guerra religiosa, que decorreu durante a *Primeira República*, pode ser confirmada em: Moura, Maria Lúcia de Brito (2004) *A Guerra Religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias. Sobre este assunto veja-se também: Madureira, Arnaldo (2003) *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>5</sup> O primeiro Governo Provisório da República ficou definido desta forma, com as respectivas Pastas: Teófilo Braga (Presidência); António José de Almeida (Interior); Afonso Costa (Justiça); Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros); António Luís Gomes (Obra Públicas); Correia Barreto (Guerra); Amaro de Azevedo Gomes (Marinha e Colónias); José Relvas (Finanças), depois da prévia recusa de Basílio Teles. Cf. Madureira, 2003: 25.



Qualquer homem que aparecesse na rua de cara rapada e sem o bigode republicano era perseguido e, na melhor das hipóteses, apenas preso, mas muitos acabaram vaiados, espancados e ocasionalmente mortos.

Os republicanos haveriam de viver dias gloriosos. Para os homens da Igreja a dura realidade era, concerteza, pior do que os seus pesadelos. Neste sentido, qualquer boato contrário às cores da Igreja era suficiente para instigar aqueles grupos civis a invadirem e a destruírem conventos e colégios, como aconteceu com os conventos das Trinas e do Quelhas, e com o colégio de Campolide, todos em Lisboa. As acusações eram variadas. Os grupos revolucionários afirmavam que ali «(...) se escondiam armas, o que evidentemente, era desmentido pelos factos» (Alves, 1996: 17). Os religiosos eram perseguidos e presos e, mais cedo ou mais tarde, acabavam por ser entregues às autoridades. Depois de ouvidos, a maioria era restituída à liberdade, mas não às suas antigas funções, recolhendo às suas terras natais ou exilando-se no estrangeiro (sobretudo em Espanha, França, Bélgica e Brasil) onde, geralmente, continuavam a sua acção missionária. Esta realidade era do conhecimento das autoridades republicanas que preferiam evitar confrontos com esses grupos. A base desses grupos era o Povo, o bom povo republicano sempre «(...) pronto a acudir ao chamado, [e que] aparecia como o grande defensor da República, podendo encarregar-se de tarefas que os governantes, manietados pelas promessas de liberdade de expressão e de consciência, não poderiam executar» (Moura, 2004: 222). Os acontecimentos que marcavam o dia-a-dia de Lisboa demonstravam que o GP não estava interessado, verdadeiramente, em cessar com aquele comportamento dos grupos desordeiros da República. A atitude das autoridades locais era de grande condescendência para apreensão da Igreja. Cedo passou a ideia que «(...) a Revolução mais parecia feita contra a Igreja Católica do que contra a Monarquia» (Cruz, 1980: 243). Em boa verdade, assim era e os católicos haveriam de perceber isso da pior forma.

Mas cedo a ira anticlerical alargou-se a outras localidades, entrando na Província, inclusivamente em locais onde a religiosidade tinha um peso elevado, como eram os casos de Braga, de Guimarães, da Póvoa de Varzim, e de Viseu. Isto, claro, sem esquecer o Porto, cidade que era, ao mesmo tempo, um bastião da contestação, contando com um grande grupo de republicanos, e um local de uma religiosidade profundamente vincada. Tradicionalmente católica e politicamente indiferente, a

Província era um local alienado no quadro político nacional, não tendo um grande peso nas decisões que saíam do Terreiro do Paço, em Lisboa. Contudo, era, ao mesmo tempo, um território em bruto. E os republicanos necessitavam de o conquistar rapidamente, uma vez que conheciam a influência que a tradição monárquica (testemunhada em caciques e em influentes) e a Igreja Católica detinham ali, desde as maiores cidades até aos mais recônditos lugares da Província. Por outro lado, os republicanos sabiam perfeitamente que «(...) nem Lisboa, nem o Porto, nem os dois juntos, eram Portugal» (Valente, 2004: 151). Estava à vista um combate férreo entre republicanos, de um lado, e monárquicos e católicos, do outro. Entrar na Província em glória, dominar e substituir as estruturas monárquica e católica era, para os republicanos, fundamental. Só assim poderiam, verdadeiramente, implementar o plano de republicanizar Portugal.

#### **A República entra numa Província católica e monarquizada**

Na terceira semana de Outubro, «(...) a imprensa de Lisboa começou a publicar queixas sobre queixas de republicanos de cidades, vilas e aldeias de província. 'A República', todos protestavam com indignação, 'ainda não chegou' ao Cartaxo, a Condeixa, a Trancoso ou a qualquer outro remoto canto do país rural» (Valente, 2004: 152). Vasco Pulido Valente assevera que a acusação pelo esquecimento pela Província era justa e isso notava-se. Apesar de pequeno em dimensões, o Interior do País era, para muitos republicanos, perfeitamente desconhecido. Em 1910, com uma densidade populacional de 65 habitantes por km<sup>2</sup>, uma das mais baixas da Europa – ultrapassava a Suécia, a Noruega, a Grécia, a Rússia, e a Sérvia (cf. Ramos, 1994: 19) – Portugal concentrava, nas cidades, apenas 15,6 por cento da população total nacional: 5,9 milhões (cf. Pereira, 2009: 80), em especial em Lisboa e no Porto (cf. Vieira, 1999: 216). Talvez por isso, os jornais lisboetas mantinham uma visão deturpada da Província que «(...) continuava a ser fantasiada como uma gigantesca sacristia à espera de D. Manuel» (Ramos, 1994: 481). Mas afirmar que a Província era monárquica e católica era apenas uma meia-verdade. A tradição era, afinal, o denominador comum. Em boa verdade, o Povo era monárquico porque vivia sob a égide de uma Monarquia. Tinha sido assim com os seus avós e com os seus pais, era assim com eles próprios, mas já não seria com os seus filhos, fruto das mudanças efectuadas no País a partir de Lisboa. Rui Ramos aponta um comentário elucidativo desta

temática, de um militante do PRP, no distrito de Bragança, em Abril de 1912. Nessa época, aquele escrevera para Lisboa afirmando que a maioria da população da Província não era republicana como não era monárquica. Era apenas o que este influente ou aquele cacique pretendiam que fosse num dado momento (cf. Ramos, 1994: 592). E, a troco de um favor ou de algum dinheiro, assim era. Com o panorama católico o discurso era idêntico. Os números existentes de 1900, e que mais tarde seriam frequentemente recordados pelo Episcopado português, a propósito da política laicizadora da República, indicavam que dos 5 423 132 portugueses, quase a totalidade afirmava ser católicos: 5 416 204. Isto é, dez anos antes da Revolução Republicana «(...) apenas 1, 28 por mil habitantes não professava o catolicismo...» (Fontes, 2002: 139). Em 1910 os números eram, por certo, semelhantes.

Isto é, Portugal era, por tradição, um país católico e monárquico. E era assim que se apresentava aos republicanos. O resto era quase desconhecido. Assim, para republicanizar o País era preciso conhecê-lo. Mas essa tarefa, aparentemente tão simples de atingir, não era de fácil execução. Para os republicanos, que viviam em Lisboa, a Província era um local de difícil penetração ideológica. Se era certo que os monárquicos e os católicos na Província eram a larga maioria dos habitantes, não era menos verdade que os republicanos constituíam um grupo relevante, sobretudo nas cidades e nas vilas mais importantes. Com profissões como lojistas, empregados na Administração Pública, donos de oficinas, e até proprietários rurais, os republicanos da Província apenas constituíam uma força eleitoral apreciável, mas «(...) em conjunto, não passavam de uma pequena minoria sem poder económico nem influência política» (Valente, 2004: 153). E era esta influência política que os republicanos estavam dispostos a captar, disputando-a com os padres, com os velhos monárquicos, e com influentes e caciques (cf. Idem: 24). Eram estes quem, verdadeiramente, detinham o Poder na Província.

Nos primeiros dias, depois da Revolução, em muitos lugares da Província, a transferência de poderes foi apenas simbólica, não acarretando uma verdadeira transformação. O GP sabia que a mudança tinha que, forçosamente, ser lenta, uma vez que o Partido Republicano Português (PRP) não estava organizado da mesma forma em todos os concelhos do País. Entusiasmados com a vitória de Outubro, os republicanos da Província esperavam que o Poder, que antes se encontrava nas mãos dos

influentes e dos caciques, largamente monárquicos e católicos, lhes fosse atribuído de forma natural. Porém, isso não aconteceu. Apenas foram concedidos lugares de chefia aos republicanos «(...) ‘mais respeitáveis’ [que] foram, quase sem excepção, nomeados para concelhos municipais, juntas de freguesia e outros postos de responsabilidade da administração provincial» (Idem: 153).

Em Lisboa, os antigos políticos liberais monárquicos precipitavam-se a aderir à República, na ânsia de assegurarem lugares de relevo no novo quadro político (os denominados adesivos e conversos), mas esbarravam com a intransigência dos republicanos que guardavam o Poder apenas para si (Ramos, 2009: 584-89). Porém, ao contrário do que vinha sucedendo na capital, na Província o discurso era outro. Fruto da inexistência de uma forte ala política, os republicanos não tiveram outra escolha do que, inicialmente, entregar os lugares de chefia a monárquicos locais que, mais tarde, acabariam por serem aceites na direcção dessas novas organizações políticas. Era certo que a mudança radical do estado de coisas na Província não poderia acompanhar a rapidez de processos utilizados em Lisboa. Assim, os mecanismos a usar teriam de ser outros. Ao nível da desejada republicanização da Sociedade esta era tendencialmente mais lenta e até menos produtiva. Mas esta tomada de posição era a resposta a um perigo constante e a um medo mais ou menos exacerbado, entre os republicanos. Estes temiam que essa mudança repentina na Província, «(...) isto é, destruir a estrutura política existente sem tocar na sua base económica (a propriedade da terra), não passava de uma ilusão perigosa, talvez mesmo uma provocação à guerra civil» (Valente, 2004: 154). O Passado recente (Guerra Civil entre Liberais e Miguelistas, de 1834) fundamentava-lhes o receio. Ainda que em menor escala, as incursões monárquicas de Paiva Couceiro também. Mas os republicanos que tinham lutado pela instauração da República, sobretudo os mais fanatizados, sentiam-se defraudados com o caminho que a República ia tomando na Província. A base republicana, que recebera uma parca compensação pelos seus serviços, desesperava pela obtenção de empregos públicos que não chegavam, e as acusações enchiam as páginas da Imprensa Republicana mais radical. Os militantes afirmavam que a influência e o Poder na Província se mantinham praticamente nas mãos dos que já os tinham e «(...) recusavam-se a acreditar que a República se preparasse para deixar na mesma o seu triste e opressivo canto do mundo» (Idem: 156). O GP assegurava que a transformação ideológica na Província iria, mais cedo ou mais tarde, ser uma realidade e, em breve, os influentes, os caciques e os padres iriam aderir à República. Mas para

os velhos republicanos da Província a realidade era outra, e a lentidão dos processos de mudança política também. A velha guarda republicana confirmava que ainda continuava a ser uma minoria na Província e alvo de humilhações e de perseguições. Para estes «(...) velhos militantes, a República nunca verdadeiramente chegou à província» (Idem: 155). O entusiasmo entre as hostes republicanas da Província não podia, por isso, esmorecer. O GP sabia que a influência dos monárquicos e dos padres (sobretudo estes) era um grande obstáculo. Os republicanos eram conhecedores que a Igreja «(...) desenvolvia uma actividade de particular importância na formação das consciências dado o seu enraizamento na sociedade» (Neto, 1998: 226). Este foi um receio quase permanente durante os primeiros anos da República. Para debelar esse desassossego, o GP iniciou um plano de visitação à Província. Cedo instigaram os novos governadores-civis, assim como os presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia, a visitarem todas as localidades que estavam sob sua jurisdição, apresentando a República. Já desde meados de Novembro de 1910 saíram, sobretudo da capital, mas também do Porto, várias excursões de activistas republicanos que chegavam à Província envoltos em grande entusiasmo. A missão destes visava «(...) pregar aos infieis e distribuir panfletos que explicavam as virtudes do regime e os malefícios da Monarquia e da Igreja. Outras sociedades, como a 'Pró-Pátria' e a Associação do Livre Pensamento, organizaram tournées de propaganda dos seus melhores oradores» (Valente, 2004: 156). Os próprios ministros do GP desceram à Província, sentindo de perto o entusiasmo dos provincianos que, à custa de uma bem oleada máquina de propaganda, iam preenchendo alegremente os cadernos do PRP, depois de convertidos pela demagogia republicana. Em sentido inverso, da Província, deslocavam-se grandes grupos em direcção a Lisboa para cumprimentar o GP. Estas romarias foram uma constante durante os primeiros meses da República. As capitais de distritos eram igualmente locais de peregrinação republicana. Em Janeiro de 1911, Vila Real recebeu um grupo de vinhateiros e demais trabalhadores das vinhas do Douro que vieram agradecer ao Governo a acção deste em abolir a contribuição predial para aquela região (cf. Ramos, 1994: 482).

Contudo, o entusiasmo que as acções de propaganda republicanas produziam na Província não se reflectia na prática e esta ilusão de grandes vitórias era apenas transmitida pela Imprensa Republicana. Depois de os missionários republicanos abandonarem uma qualquer região da Província, era visível a pouca força que a

propaganda republicana realmente conseguira exercer na mente e nos corações dos habitantes do mundo rural. Quando confrontada com o poder que os influentes e os caciques possuíam no terreno, a teorização republicana esfumava-se rapidamente. Essa atitude era sintomática do comportamento lusitano. No fim de contas, o entusiasmo e o panorama de um dia diferente eram duas das principais razões que levavam a gente da Província aos comícios republicanos nas sedes do concelho. Em verdade, era sabido que as lutas pelo Poder pouco ou nada interessariam à classe trabalhadora das quintas agrícolas que vivia com a incerteza de um trabalho à jorna.

O seu dia-a-dia era uma contínua repetição e, não fosse a emigração um cenário sempre possível de atingir, sobretudo para os mais aventureiros e necessitados, o destino destes trabalhadores estava fatalmente traçado. Mas a sua importância política, enquanto eleitores (cf. Vieira, 1999: 216), não poderia ser menosprezada e tinha de ser conquistada.

Todavia, o excesso de confiança dos republicanos – que provinha quer do desfile dos ministros do GP em Lisboa e no Porto (sobretudo de Afonso Costa), quer das recepções triunfais que encontravam na Província – começou a ser aproveitado, na Província, por monárquicos e por católicos. Os anteriores líderes monárquicos, a maioria deles influentes e caciques, nunca esconderam o seu anseio em retomar as velhas influências dos tempos da Monarquia. E o seu esforço em tomar conta das posições de chefia locais do PRP era disso uma prova. Já com os católicos, o discurso era aplicado de uma outra forma, mas visava igualmente um regresso ao Passado.

A Província, espaço rural por excelência, tinha comunidades mais homogêneas e unidas do que as cidades. Era ali, no ambiente campestre, que os católicos portugueses se sentiam «(...) mais encorajados para tomar posição contra os seus adversários» (Moura, 2004: 289). Isso aconteceu sobretudo quando as novas autoridades republicanas trataram de querer mudar e apagar, em pouco tempo, práticas, tradições e crenças antigas. Cedo esbarraram com a revolta popular e com a intransigência de alguns padres mais afoitos e os casos foram aparecendo. Um desses exemplos de severidade católica aconteceu em meados de Novembro de 1910. Protestando contra o novo regime, o pároco da igreja de Oura, no concelho de Chaves, «(...) atou a bandeira encarnada e verde da República à cauda do cavalo e passou-se por toda a vila aos vivas à Monarquia» (Valente, 2004, 155). Este foi um episódio caricato, mas

subentendia uma posição mais rígida, não apenas do bom povo rural, mas da própria Igreja Católica, e que só os mais visionários puderam admitir e prever. O GP estava disposto a aplicar a política laicizadora que os republicanos tinham propagandeado no Passado, e lutado pela neutralidade do Estado em termos religiosos (cf. Neto, 1998: 262-264), e as medidas surgidas a partir dos primeiros dias da Revolução iriam confirmar os piores receios dos católicos (cf. Catroga, 2001: 351). Era notório que a Província e a Igreja estavam descontentes com o rumo que a administração republicana vinha tomando.

Lentamente, esse descontentamento deu lugar à contestação que encontrou na Imprensa Católica um sustentáculo importante. Foi esta que almejou obter a tal recristianização da Sociedade (cf. Fontes, 2002: 136-181) e o seu olhar sobre a chegada da República à Província teve a sua própria especificidade.

#### A Imprensa Católica e a República na Província. O caso de Viseu e do jornal diocesano *A Folha* (Outubro de 1910 – Março de 1911)<sup>336</sup>

Atacada pela ira republicana desde os primeiros dias de Outubro<sup>337</sup>, a Imprensa Católica cedo instigou o Episcopado Português a reagir, mas a reacção dos Bispos ainda demoraria. Aliás, a postura da Igreja portuguesa foi, desde o início, de elevada prudência. Não colocou em causa a legitimidade do novo regime, mas encetou uma resistência elaborada e que se alicerçou na necessária organização dos católicos. Já desde o último quartel do século XIX a Igreja vinha trilhando um novo caminho nesse sentido, desenvolvendo um sistema de associativismo católico onde se incluía

<sup>336</sup> As datas apresentadas referem-se ao início de Outubro de 1910 e decorrem até Março de 1911, altura em que o jornal *A Folha* foi suspenso (5 de Março), compreendo seis meses de análise e trinta e nove meses desde o n.º 2223 de 2 de Outubro de 1910 até ao n.º 2265, de 5 de Março de 1911.

<sup>337</sup> Os republicanos atacaram as Imprensas Católica e Monárquica logo após a instauração da República, invadindo e destruindo as instalações dos jornais conotados com a Igreja e com o anterior regime. Porém, esses ataques só tiveram um relevo significativo a partir de 1911. No dia 8 de Janeiro, três jornais de Lisboa, apelidados de *talassas*: *Diário Ilustrado* (1872?-1911), *Correio da Manhã* (1910), e *O Liberal* (1900?-1918?, nova série), foram assaltados e destruídos em pleno dia. Em 15 de Fevereiro o principal jornal católico portuense, *A Palavra* (1872-1911), foi assaltado e vandalizado por populares que também destruíram o Círculo Católico de Operários daquela cidade nessa mesma noite. A revolta anticlerical alargou-se a todo o País e, quer os jornais católicos, quer os periódicos monárquicos, foram assaltados e muitos acabaram suspensos, sobretudo os católicos que, desde Fevereiro desse ano vinham publicando a *Pastoral Colectiva do Episcopado* à revelia das ordens do Governo Provisório.

a Imprensa. Esta iniciaria um processo de riposta contra o avanço da Imprensa Laica que, «(...) ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista» (Neto, 1998: 227). A primeira tomada de posição oficial dos Bispos só se concretizaria com a Pastoral Colectiva do Episcopado Português, dirigida ao Clero e aos fiéis nacionais, em 24 de Dezembro de 1910 (cf. Moura, 2004: 54-63), e que começou a ser lida nas missas e publicada nos jornais católicos apenas em meados de Fevereiro de 1911. Dessa forma, foi a própria Imprensa Católica a assegurar uma postura mais reactiva e a ter um papel preponderante na transmissão da Mensagem da Igreja<sup>338</sup>.

A necessidade de descer ao povo (cf. Policarpo, 1977: 29), ideia preconizada por Leão XIII<sup>339</sup>, seria realizada pela Imprensa Católica, de uma forma sistemática e em crescendo.

Os católicos que estavam por trás de jornais conheciam a força que a Imprensa possuía. Neste contexto, Vítor Neto assevera que «a Igreja tinha consciência da sua importância e, por isso, procurou usá-la na defesa do catolicismo» (Neto, 1998: 234). Assim sendo, não constituiu qualquer surpresa verificar que o Movimento Social Católico (cf. Idem: 401-455), com as suas diferentes valências, se construiu nas páginas dos muitos jornais católicos. A Imprensa Católica era um meio ideal para atingir os fins a que se propunha a Igreja, sendo que um deles era a própria recristianização

---

<sup>338</sup> O próprio papa Leão XIII (1878-1903) dedicou uma grande atenção para a causa da *Imprensa Católica* (futuramente apelidada de *Boa Imprensa*), consagrada em diversas encíclicas. Leão XIII incitava os Bispos a adquirirem *bons jornais* e a fomentarem, entre os seus fiéis, a sua leitura. Em 25 de Janeiro de 1882, dirigindo-se aos Bispos italianos das províncias de Turim, Milão e Vercelli (região de Piemonte), Leão XIII abordou o tema *Imprensa Católica*, dedicando-lhe essa *Carta* papal. Ver: Leão XIII (1951) *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa, Excertos*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1951, pp. 22-23.

<sup>339</sup> O cardeal italiano Vincenzo Gipachino Pecci foi eleito Papa em 20 de Fevereiro de 1878, tomando o nome de Leão XIII. A sua eleição aconteceu numa altura em que a discussão das ideias liberais validava a corrente anticlerical que circulava em toda a Europa. Dedicou uma grande atenção aos problemas sociais, tendo, para esse efeito, decretado a encíclica *Rerum Novarum* (sobre o Operariado), em 1891. Mais tarde chamou a atenção dos católicos para a causa da Igreja, com a publicação da encíclica *Graves Communi* (1901), tendo esta aberto as portas para a Democracia Cristã. Faleceu em 20 de Julho de 1903 com noventa e três anos, e ao fim de vinte e cinco anos de Pontificado. Sobre este Papa cf. Ferreira, Mendonça (2009) *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.a ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, pp. 291-293.



da Sociedade numa época marcada pela secularização<sup>340</sup>. Isto é, a Imprensa Católica deveria caminhar firme para atingir o fim a que se propunha desde o início: «influen- ciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso» (Ferreira, 2002: 46). Era, precisamente, contra essa indiferença religiosa e, sobretudo, contra o espírito anti-religioso, que a Igreja emprendia uma guerra, afirmando que os juízos de valor, que daí se formavam, estavam entranhados nas páginas dos jornais que constituíam a denominada Má Imprensa (publicações republicanas, socialistas e anarquistas). Ora, para combater essa realidade, a Igreja apoiava-se no incremento da sua Imprensa e instigava os fiéis a lerem os bons jornais que começaram a enquadrar-se na recém denominada Boa Imprensa, uma mutação do termo anterior (Imprensa Católica), criado num contexto de combate.

Contando com o apoio de Leão XIII, que lhe deu uma dimensão considerável e promoveu a sua vitalidade, a Boa Imprensa constituiu um elemento vital para a resposta católica. E os católicos mais fervorosos tomaram a cruz e fizeram da Boa Imprensa a nova máquina de guerra da Igreja.

Ainda que em Portugal a taxa de iliteracia permanecesse alta: 75,1 por cento em 1911, e 70,9 por cento em 1920 (Vieira, 1999: 216), a importância dos jornais era elevada. A leitura de bons jornais era incentivada pelo Episcopado, de forma a agitar as consciências católicas e a evitar que os fiéis abandonassem o rebanho. A solicitação era reforçada nas missas de domingo em cada uma das paróquias do País, com maior aceitação na Província, sobretudo a Norte do rio Mondego. A luta na Província também passou por aí, e pelos combates travados nos jornais, com recurso à tinta e ao papel. Em 1910 publicavam-se em Portugal cinquenta e quatro jornais que faziam

---

<sup>340</sup> Em termos gerais, a *Secularização* pode ser definida pela redução da influência por parte da Igreja e da religião na sociedade. Contudo, esta expressão surgiu como uma expressão usual para definir a apropriação dos bens da Igreja pelo poder político. Cf. Neto, Vítor (1998) *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* pp. 219-220. Ver também: Ferreira, António Matos (2001) “Secularização”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 195-202.

parte da Imprensa Católica<sup>341</sup>. Só nesse ano surgiram nove novos títulos: *O Christianismo* (Ovar, 1910); *O Combate* (Braga, 1910-1911); *Correio do Norte* (Porto, 1910-1911); *Defesa Monárquica* (Lisboa, 1910); *A Fe Catholica* (Porto, 1910-1911); *Mensageiro do Coração de Jesus* (Lisboa, 1910); *União Popular* (Braga, 1910); *Vida Catholica* (Évora, 1910); e *A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909 Série I, 1913-1915 Série II).

Mas qual era a realidade do que acontecia em Viseu? E de que forma a cidade e as suas forças religiosas acolheram a República? Por altura da Revolução Republicana publicavam-se em Viseu três títulos católicos, com a regularidade que se impõe a um jornal: *Echos da Via Sacra* (1908-1915); *A Folha* (1901-1911)<sup>342</sup>; e *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?).

Todavia, era o jornal *A Folha* o que transmitia a voz da Diocese, uma vez que se tornou o seu órgão oficial, desde que o seu Bispo D. José Dias Correia de Carvalho

<sup>341</sup> Para além dos nove títulos que serão apontados em cima, mais à frente, eis os restantes quarenta e cinco que cruzaram o ano de 1910, tendo iniciado publicação anos antes: *Ação Catholica* (Braga, 1916-continua a publicar-se); *Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911); *O Amigo da Religião* (Braga, 1888-1920); *Annaes da Propagação da Fe* (Lisboa, 1828-1949?); *Arauto Cristão* (Setúbal, 1910?-1914); *A Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1918); *O Bem Publico* (Lisboa, 1905?-1911); *Boletim Ecclesiastico da Diocese de Macau* (Macau, 1902?-1980); *Boletim Mensal da Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918); *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947); *Boletim da Obra de S. Francisco de Sales* (Porto, 1907-1911); *Boletim Salesiano* (Turim, Itália, 1902- continua a publicar-se); *Broteria* (Lisboa, 1902-continua a publicar-se); *Calendarium Ecclesiasticum Brigantinum* (Bragança, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Conimbrigense* (Coimbra, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense* (Funchal, Madeira, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Lamecensis* (Lamego, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Vimaranesis* (Guimarães, 1909-1919); *Commercio do Minho* (Braga, 1872?-1921); *Diário Illustrado* (Lisboa, 1872-1911); *O Distrito de Portalegre* (Portalegre, 1883?-continua a publicar-se); *Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915); *Estrela Povoense* (Póvoa de Varzim, 1876-1919); *Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911); *O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919); *A Folha* (Viseu, 1901-1911); *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913); *A Guarda* (Guarda, 1905?-continua a publicar-se); *Jornal Popular* (Viana do Castelo, 1909-1911); *Jornal de Santo Tyrso* (Santo Tirso, 1882-1967); *Mensageiro de Maria* (Lisboa, 1905?-1950); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *A Palavra* (Porto, 1872-1911); *Portugal em Africa* (Lisboa, 1894-1973); *O Povo da Barca* (Ponte da Barca, 1899?- continua a publicar-se); *O Progresso Catholico* (Porto, 1878?-1925); *Propaganda Catholica* (Silvares, Fafe, Porto, 1896?-1915); *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (Funchal, Madeira, 1901?-1912); *A Restauração* (Guimarães, 1903?-1911); *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955); *O Rosario* (Lisboa, 1907-1956); *San Miguel* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1905?-1911); *A União* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1893-continua a publicar-se); *Vida Nova* (Lousada, 1893-1933); e *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923).

<sup>342</sup> O jornal *A Folha* teve duas fases distintas. A primeira iniciou-se em 4 de Abril de 1889, data do seu primeiro número publicado, e terminou com o número 1314, de 28 de Novembro de 1901. Nesta primeira fase o jornal assumiu-se como o órgão do Partido Progressista. Já na segunda fase, iniciada com o número 1315, de 1 de Dezembro de 1901, o jornal assumiu-se como o órgão da Diocese de Viseu, até ao seu fim, isto é, até à sua suspensão que aconteceu em 5 de Março de 1911 (número 2265). Sobre a história deste periódico cf. Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage Editores.

(1883- 1911) adquirira o periódico para a Diocese. E é a partir do retrato católico d' *A Folha* que olharemos, de seguida, para a chegada da República a Viseu. Iremos fazê-lo, analisando os editoriais publicados por este bissemanário (publicava-se à quinta-feira e ao domingo). O editorial<sup>343</sup> era então denominado por artigo de fundo e caracterizava-se por transmitir a própria voz do jornal sobre um dado assunto. Ainda hoje, no jornalismo actual, o editorial apresenta-se como o artigo que «(...) toma posição sobre um facto da actualidade e compromete a responsabilidade moral do jornal» (Martin-Lagardette, 1998: 63).

Viseu era, em 1910, uma pequena cidade do Interior de Portugal. O concelho contava com dezasseis concelhos (desde 1915 que são vinte e quatro) e uma população que, de acordo com os dados disponíveis de 1911, era de 55 665 habitantes (cf. Costa, 1949: 817-818). No perímetro urbano, que estava dividido em duas freguesias (ocidental e oriental), concentravam-se 8167 habitantes em 1911. Em redor da cidade encontrava-se um planalto ornamentado com inúmeros campos que eram arroteados e cultivados por uma massa de gente analfabeta e a quem as lutas entre monárquicos e republicanos pouco ou nada interessariam. Por isso, a chegada da República a esta parte da Província não causou, nos primeiros dias, muito alarido. Os homens e mulheres do mundo rural estavam mais interessados em seguir os ritmos da sabedoria popular: Outubro chuvoso faz o lavrador venturoso. Ou ainda: Com a vinha, em Outubro, come a cabra, engorda o boi e ganha o dono.

Com efeito, apenas no interior da cidade é que as notícias vindas da capital foram recebidas de uma outra forma. Mas, como era apanágio daquela época, as notícias demoravam a chegar. Assim, se no domingo anterior, 2 de Outubro, *A Folha*<sup>344</sup> não dedicava qualquer linha às movimentações que os republicanos vinham fazendo em Lisboa, o número de quinta-feira era bem diferente. O que estava para acontecer em Lisboa seria uma efectiva surpresa na Província. O editorial de 6 de Outubro inti-

---

<sup>343</sup> À imagem do que sucedia com os outros periódicos, os editoriais d' *A Folha* (*artigos de fundo*) eram escritos utilizando uma técnica jornalística que o jornalismo actual denomina por *pirâmide normal*. Esta técnica assenta na apresentação dos factos seguindo uma ordem cronológica com uma prévia descrição das circunstâncias em que se insere o tema. O *editorial* prossegue por ordem do acontecimento, aumentando o interesse da notícia com a apresentação dos factos mais importantes que culminam com o desenlace. A técnica que hoje em dia é mais utilizada denomina-se por *pirâmide invertida*. Esta transporta para o *lead* (topo) os factos cruciais e mais importantes, perdendo importância ao longo do artigo. Cf. Crato, Nuno (1989) *A Imprensa*. 3.a ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 133-137.

<sup>344</sup> Nas notas de rodapé d' *A Folha* vamos utilizar a sigla «F», de forma a evitar repetições desnecessárias.

tulava-se «Hora Grave» e iniciava-se desta forma: «Á hora em que começamos este artigo encontram-se os espiritos em sobresalto pelas informações que chegam de Lisboa, dando noticia de ter alli rebentado um forte movimento revolucionario»<sup>345</sup>. Como jornal católico e apoiante da Monarquia, *A Folha* olhava para os primeiros factos conhecidos apenas com relativa apreensão: «(...) Estamos convencidos de que o movimento revolucionario se encontrará a estas horas suffocado. Não somos propensos a temores, e crêmos até que, quando mesmo os revoltosos dominassem a capital, nem por isso vingaria a republica. Lisboa não é o paiz. A provincia, felizmente, por muito graa[n]des que sejam os erros da monarchia, acha que ella é preferivel a um governo republicano» (idem, *ibidem*). Mas no número seguinte *A Folha* tomava uma outra postura, face ao que já era conhecido em todo o País. Foi o próprio director (Cónego Dr. José de Almeida Correia) a assumir a responsabilidade de informar os leitores da posição oficial do jornal e da Diocese. Acataria o novo regime, mas asseverava que a queda da Monarquia se devera à inércia e à corrupção do Rotativismo. Com excepção da capital e de algumas localidades do Ribatejo *A Folha* confirmava que «(...) ninguem tomou parte nas manifestações e actos publicos com que os caudilhos da democracia procuraram solemnizar o seu triumpho»<sup>346</sup>. A pouca adesão à República era uma realidade em Viseu. Na cidade apenas os republicanos se manifestavam favoravelmente face à mudança política. À imagem do que iria acontecer noutras cidades da Província, as instituições públicas viseenses seriam controladas pelos republicanos ou por influentes da mais alta estirpe. Os católicos e os monárquicos remetiam-se ao silêncio. O povo rural mantinha um frio desinteresse pela República. *A Folha* mantinha viva a sua postura nacionalista, e até defendia que o Partido Nacionalista poderia vingar na República.

Mas cedo começaram as críticas ao novo regime, sobretudo a propósito da guerra religiosa que o Governo Provisório votava à Igreja, com a expulsão dos seus servidores e a apreensão dos seus bens<sup>347</sup>. E em 16 de Outubro, *A Folha* avançava com uma triste premonição (para si e para a Igreja) e deixava no ar a força que a crença religiosa detinha nos portugueses: «(...) Se a Republica Portugueza envereda pelo

<sup>345</sup> *Hora Grave*, in F, n.o 2224 de 6 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>346</sup> J. d' Almeida Correia, *A nossa attitude*, in F, n.o 2225 de 9 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>347</sup> Cf. *Um decreto liberticina – protestando*, in F, n.o 2226 de 13 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

caminho do radicalismo e das perseguições á Igreja, está irremediavelmente condenada. Não se arranca da alma de um povo a sua fé religiosa com a mesma facilidade com que se arranca do throno um rei inexperiente»<sup>348</sup>. Os protestos continuaram quando as primeiras medidas laicizadoras da República começaram a ser aplicadas e *A Folha* apelava aos católicos para se unirem e se preparem para a luta que estaria para breve, ao mesmo tempo que lembrava aos Bispos a necessidade destes se pronunciarem<sup>349</sup>. Dentro dessas medidas, a que deu mais azo a protestos por parte d' *A Folha*, foi o fim do ensino da religião nas escolas, decretado pelo Governo Provisório a 22 de Outubro. O jornal acusava os republicanos de instituírem a Escola neutra, vista como anti-católica, retirando Deus dos compêndios escolares, de forma a «(...) paganisar a sociedade»<sup>350</sup> e, dessa forma, encherem os livros «(...) de falsidades, de calumnias, de inexactidões, falsificando a historia, adulterando os factos...» (idem, ibidem).

Cerca de um mês e meio depois da Revolução, *A Folha* fez uma análise ao trabalho do GP e constatava-lhe uma grande esterilidade, confirmando que «(...) a obra do governo provisório tem sido uma obra estreita e sectaria, imposta pelas lojas e centros revolucionarios»<sup>351</sup>. *A Folha* aconselhava outros republicanos a tomarem conta do Governo, de forma a evitar que o País continue «(...) á mercê das exigencias dos grupos revolucionarios, das lojas maçonicas e de toda a multidão de antigos gravatinhas...» (idem, ibidem). Perante esta realidade, o jornal asseverava que «(...) o povo continua na mesma indiferença e desconfiança perante os homens da republica» (idem, ibidem).

O dia 1 de Dezembro passou a ser conhecido como o dia da bandeira, depois da polémica em redor da escolha da nova bandeira nacional ter apaixonado o País nas últimas semanas de 1910 (cf. Valente, 2004: 159-160; cf. Vieira, 1999: 42-43). *A Folha* não aprovava a substituição das cores azul e branca da Monarquia pelas cores republicanas (verde e vermelho), mas dizia: «(...) acertada foi também a escolha do

<sup>348</sup> *Facto symptomatico!*, in F, n.o 2227 de 16 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>349</sup> Cf. *O dever dos catholicos*, in F, n.o 2229 de 23 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>350</sup> *Exemplo a seguir*, in F, n.o 2230 de 27 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>351</sup> *Balanço da obra da republica*: a esterilidade do governo provisório, in F, n.o 2236 de 17 de Novembro de 1910, ano XXI, p. 1.

dia (...) para essa solemnidade»<sup>352</sup>. Dias depois, *A Folha* lançava em editorial um apelo ao Clero e aos católicos da Diocese de Viseu, solicitando-lhes união e dedicação à causa católica perante os ataques sofridos pela República. Ao mesmo tempo, o jornal instigava os padres a explicarem aos fiéis as leis recentemente decretadas e a assinarem a reclamação-protesto que um grupo de católicos se preparava para enviar aos ministros do GP<sup>353</sup>. Em 1911, já depois do assalto às instalações d' *A Folha*, na noite de 12 para 13 de Janeiro<sup>354</sup>, o jornal alertava os seus leitores para o perigo da descristianização que a República vinha promovendo no País, apontando vários casos, como a supressão de várias instituições da Igreja, o fim da assistência religiosa aos militares, nas Misericórdias e Hospitais, a lei do divórcio, e o plano dos republicanos de prepararem «(...) uma geração de atheus e livre-pensadores»<sup>355</sup>.

A partir de Fevereiro *A Folha* começou a abordar o tema Lei da Separação do Estado das Igrejas com uma outra perspectiva, acicatando os ânimos dos católicos na preparação para a luta. Esses estímulos eram escritos em editoriais cada vez mais coléricos contra a acção da República. A certeza da publicação do documento era um facto, apenas havia dúvidas quanto à data prevista e, sobretudo, quanto ao conteúdo. Esta seria uma das imagens de marca do GP e este precisava de assegurar o sucesso da sua aplicação. O GP conhecia o desagrado com que as suas acções vinham sendo recebidas e acatadas. A própria situação em Lisboa também não era a mais favorável e, em breve, as ruas da capital só passariam a estar seguras para Afonso Costa, protegido pela formiga branca. Já na Província, ao fim de alguns meses de República, o peso dos padres, dos influentes e dos caciques ainda era visível. A República tardava em entrar na Província.

Os republicanos reforçaram os ataques às instituições ligadas à Igreja e à Monarquia, nomeadamente os seus jornais. Por essa razão, o governador-civil de Viseu, Ricardo

<sup>352</sup> *A Festa da Bandeira*, in F, n.o 2240 de 1 de Dezembro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>353</sup> *Ao clero e aos catholicos da nossa diocese*, in F, n.o 2244 de 15 de Dezembro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>354</sup> O jornal ficou sem se publicar durante nove dias, reaparecendo no dia 22 desse mês. O assalto provocou uma readaptação natural das oficinas e o número de páginas foi reduzido das habituais quatro para duas nos seguintes números: n.o 2253 (22 de Janeiro de 1911); n.o 2254 (26 de Janeiro de 1911); n.o 2256 (2 de Fevereiro de 1911); n.o 2257 (5 de Fevereiro de 1911); e n.o 2258 (9 de Fevereiro de 1911). O número 2255 (29 de Janeiro de 1911) imprimiu apenas uma página. A partir do número 2259 (12 de Fevereiro de 1911) o jornal voltou a imprimir as quatro páginas habituais. Cf. Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*...pp. 215-217.

<sup>355</sup> *Descristianisando!*, in F, n.o 2254 de 26 de Janeiro de 1911, ano XXI, p. 1.

Pais Gomes, tratou de convocar os representantes d' *A Folha* e de outros jornais católicos, mas também monárquicos para lhes comunicar que «(...) havia recebido instruções do governo para prevenir os directores dos jornaes de que, se continuassem a combater os seus actos usando linguagem despejada, lhes seria aplicada a suspensão»<sup>356</sup>. Ora, a referida suspensão do jornal teria o seu fundamento na publicação da Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal. Conforme vinha anunciando, *A Folha* respondeu afirmativamente ao brado dos Prelados e iniciou a publicação da Pastoral em 23 de Fevereiro de 1911 (n.º 2262) e prosseguiu nos dois números seguintes (n.º 2263 de 26 de Fevereiro de 1911 e n.º 2264 de 2 de Março de 1911). No dia 3 de Março saiu uma intimação, da Administração do Concelho de Viseu, destinada a todos os directores dos jornais, então referenciados, para não publicarem a Pastoral. A ordem vinha do GP e cedo seria colocada em prática. O Administrador do Concelho, José Perdigão, escrevia: «em virtude de determinação superior, previno a V. Ex.a de que serão supprimidos todos os jornaes que, d' hoje em diante, publicarem a pastoral collectiva do episcopado, de 24 de dezembro ultimo, ou parte d' ella, ou ainda que com ella mostrem accordo nas suas doutrinas. Assim o communico a V. Ex.a para seu conhecimento e devidos effeitos. Saude e Fraternidade»<sup>357</sup>. Agora que publicara a Pastoral à revelia, o jornal *A Folha* sofreria as consequências da afronta. Numa altura em que as suspensões de jornais católicos e monárquicos se multiplicavam no País, *A Folha* também recebeu a ordem de suspensão. O número 2265, de 5 de Março de 1911, seria o seu último. O fundamento de tal suspensão estava na não submissão da Pastoral ao beneplácito do Governo Provisório e na proibição da sua edição. *A Folha* discordava, mas a suspensão há muito que era esperada. Os motivos abundavam, desde a linguagem irada contra a República, a direcção católica do jornal e o facto de o director d' *A Folha* (Cónego Dr. José de Almeida Correia) ser um importante membro do Nacionalismo Católico e do Partido Nacionalista e um assaz inimigo da República.

Mas a força e a dinâmica dos homens d' *A Folha* não vergaram à determinação do GP. Sete dias depois a Diocese contava com um novo órgão oficial, *A Folha de Viseu*, mas foram publicados apenas quatro números (entre 12 e 25 de Março de

<sup>356</sup> *É isto a liberdade?*, in F, n.º 2258 de 9 de Fevereiro de 1911, ano XXI, p. 1.

<sup>357</sup> *Serviço da Republica*, in F, n.º 2265 de 5 de Março de 1911, ano XXI, p. 1.

1911), uma vez que foi extinto pelas autoridades republicanas por considerarem-no como uma continuação d' *A Folha*. Seria já uma nova publicação da Diocese, *Correio da Beira* (1 de Abril de 1911- Abril de 1919) a testemunhar a famigerada Lei de Separação do Estado da igreja, de 20 de Abril de 1911 (cf. Moura, 2004: 65-147; Ferreira, 1992: 532-536), a confirmar todas as peripécias inerentes à eleição de 28 de Maio de 1911 e à formação da Assembleia Constituinte (cf. Valente, 2004: 166-172), e a confirmar a saída do Governo Provisório, em Setembro de 1911, sem glória e deixando «(...) a nação em guerra aberta com o regime. As províncias haviam sido irremediavelmente hostilizadas, a maioria dos trabalhadores alienada para sempre» (Idem: 152). A República atravessaria dificuldades mais sérias nos anos seguintes, em especial no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918).

A Imprensa Católica haveria de se desenvolver e ver reforçada a sua acção a partir de 1913, com o Apelo de Santarém (Cruz, 1980: 258-263), um protesto do Episcopado que retomou o processo reactivo da Igreja, seguindo «(...) numa dupla direcção: por um lado, pressionando directamente o poder, por outro, instigando à unidade e à organização das massas católicas» (Idem: 259). Mais tarde, em 1917, com o nascimento do Centro Católico Português (cf. Alves, 1996; cf. Cruz, 1980: 263-371), a acção da Igreja e da sua Imprensa encontrariam novos processos de actuação. Na Província, como no resto do País, a Imprensa Católica manteria com a República um clima de conflito permanente. No fim d' *A Folha*, em Março de 1911, era notório que a instauração da República em Viseu ainda estava para fazer. No resto do País a situação era semelhante. Só em Lisboa o discurso era outro.

## Bibliografia

- Jornal *A Folha* (Outubro de 1910-Março de 1911).
- Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha*, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911). Viseu: Palimage Editores.
- Alves, Adelino (1996) *A Igreja e a Política: Centro Católico Português*. Lisboa: Editora Reis dos Livros.
- Catroga, Fernando (2001) "O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)". *Revista de História das Ideias* 22, pp. 255-354.
- (2000) *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.a ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Costa, Américo (1949) *Diccionario Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 12, pp. 817-818.
- Crato, Nuno (1989) *A Imprensa*. 3.a ed. Lisboa: Editorial Presença.



- Cruz, Manuel Braga da (1980) *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Ferreira, António Matos (2002) “A constitucionalização da religião”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal* 3, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 37-59.
- (2001) “Secularização”, in Dir. Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 195-202.
- Ferreira, David (1992) “Separação do Estado das Igrejas” in Joel Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 5, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 532-536.
- Ferreira, Mendonça (2009) *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira (2002) “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, 3, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 139-351.
- Homem, Amadeu Carvalho (2001) *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores.
- Leão XIII (1951) *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa, Excertos*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda.
- Madureira, Arnaldo (2003) *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, Joaquim Romero (2009) *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedida SA.
- Martin-Lagarrette, Jean-Luc (1998) *Manual da escrita jornalística: escrevo – informo – convenço*. Lisboa: Editora Pergaminho.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2004) *A Guerra Religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Neto, Vítor (1998) *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal, (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pereira, David (2009) “A sociedade” in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.) *História da Primeira República Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 79-92.
- Policarpo, João Francisco de Almeida (1977) *O Pensamento Social do Grupo Católico de ‘A Palavra’ (1872-1913)*, 1. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ramos, Rui (1994) “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 380-399.
- (1994) “Introdução”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 13-39.
- (1994) “As Guerras da República (1911-1917)”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 435-527.
- (1994) “A «Vida Nova»”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 125-297.
- (1994) “A República antes da Guerra (1910-1916)”, in Rui Ramos (coord.) *História de Portugal*. 1.a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 577-603.
- (2004) *Outra opinião. Ensaio de História*. Lisboa: O Independente.
- Rosas, Fernando (2009) “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 15-26.
- Serra, João B. (2009) “O 5 de Outubro”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.a ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 55-60.
- Valente, Vasco Pulido (2004) *O Poder e o Povo*. 5.ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações Lda. [Rio de Mouro]: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (1999) *Portugal Século XX: crónica em imagens (1910-1920)*. 1.a ed.



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

